

CONTRIBUIÇÕES DE ESTUDO SOBRE A CONTEXTUALIDADE PARA A HISTÓRIA DA ARQUIVOLOGIA

Renata Silva Borges (Fundação Oswaldo Cruz),
Lídia Silva de Freitas (Universidade Federal Fluminense),
Vitor Manoel Marques da Fonseca (Universidade Federal Fluminense)

1 INTRODUÇÃO

Apresentamos os resultados de pesquisa sobre as relações entre arquivos institucionais e arquivos pessoais na perspectiva da contextualidade. O objetivo do trabalho é apontar a existência de articulações entre esses arquivos e explicitá-las destacando a contextualidade dos documentos que os constituem, uma abordagem não dicotômica que possibilita elucidar o processo de produção e acumulação e a dimensão informacional desses conjuntos no contexto socio-histórico.

A análise de arquivos nesta perspectiva socio-histórica contribui para os estudos na Arquivologia e na Ciência da Informação, na medida em que ajuda a elucidar o processo de constituição dos arquivos, partindo dos documentos e das ações de documentação. Tanto os constructos teóricos quanto as práticas sociais que circunscrevem os documentos são beneficiados quando estes artefatos passam a ser vistos como vestígios de ações articuladas envolvendo as trajetórias entrelaçadas entre pessoas e instituições, no desempenho de suas atividades e funções nas esferas pública e privada.

Nesse sentido, a contextualidade contribui como abordagem, ao propiciar que sejam explicitados os múltiplos contextos e agentes articulados socio-historicamente no tratamento documental arquivístico e no aprofundamento dos estudos teóricos sobre o documento.

Na história da Arquivologia, o deslocamento dos estudos dos “arquivos” para os de “contextos e relações” modificou as compreensões em torno da área. Nem sempre as funções políticas e ideológicas dos arquivos e dos arquivistas foram enfatizadas, apesar da reconhecida importância dos documentos para salvaguardar os direitos humanos e sociais, e desses agentes para a construção de memórias.

Na prática, esta contribuição se materializa no tratamento documental através da descrição arquivística, sobretudo se o tratamento descritivo contemplar a estrutura multinível preconizada pelas normas de descrição arquivística ISAD e NOBRADE, estruturadas para o registro das informações sobre os contextos e relações de documentos, produtores e outros agentes envolvidos na constituição dos arquivos.

A metodologia da pesquisa consistiu em revisão de literatura e análise de arquivos específicos. Foram analisados os constructos teóricos que definem arquivo, arquivos pessoais e institucionais, e o contexto histórico da elaboração dessas construções na teoria de fundos, bem como a contextualidade dos documentos, suas principais perspectivas e contribuições para a Arquivologia e a Ciência da Informação (CI). Por meio da análise dos dois arquivos escolhidos, concentrada nos seus históricos, descrições arquivísticas nos próprios documentos, apontamos as articulações encontradas, cotejando-as com os resultados da análise teórica. Neste trabalho, destacaremos as principais conclusões alcançadas.

2 QUADRO TEÓRICO

Na literatura da Arquivologia, os arquivos pessoais e institucionais são definidos a partir de uma “matriz pública”, estabelecida com base nas instituições do século XIX (COOK, 1998, p. 129-130; HEYMANN, 2009, p. 43; EASTWOOD, 2016, p. 21-22; COOK, 2018, p. 31-32). Entretanto, as transformações sociais na economia, na ciência, nas técnicas e na própria composição dos acervos das instituições arquivísticas, bem como nos processos de produção e acumulação dos documentos, vêm trazendo novos desafios para os arquivistas em relação ao tratamento documental (DOUGLAS, 2016, p. 66-69).

Na literatura da área, verificamos dois tipos de abordagem teórica: a teoria de fundos, que data do século XIX, e a contextualidade, a partir dos anos 1970. A primeira, baseada nas práticas dos arquivos públicos europeus dos séculos XIX e XX, foca na identificação das funções dos documentos, de acordo com as instruções difundidas pelos manuais elaborados no período. A segunda, desenvolvida a partir dos anos 1970, é direcionada ao trabalho de

identificação dos documentos a fim de compreender seu processo de acumulação, a aquisição e as avaliações que fazem parte da formação dos arquivos. Essa segunda abordagem ressalta o contexto arquivístico, os produtores e as relações pela ótica de sua historicidade, permitindo a expansão da concepção de proveniência arquivística (BORGES, 2021, p. 21).

Para Cook (2018), o Princípio do Respeito aos Fundos e as características arquivísticas – autenticidade, naturalidade, organicidade, unicidade e inter-relacionamento –, criados no século XIX e de acordo com a realidade das instituições do período, não se adequariam aos arquivos das sociedades do século XX sem passar por uma revisão, pois as transformações sociais afetaram os processos de documentação e os documentos (COOK, 2018, p. 24-25).

As “afirmativas fundamentais da ciência arquivística tradicional e suas dicotomias”, entre as quais aquelas estabelecidas entre os arquivos pessoais e públicos e a divisão criada para categorias de arquivistas neles atuantes, já seriam falsas no contexto em que foram criadas (COOK, 1998, p. 132). No século XX, muitas mudanças na estruturação das instituições governamentais e empresariais se refletiram nos processos de registro, geração e manutenção de arquivos (COOK, 1998, p. 132), contribuindo para os questionamentos em torno do ideal oitocentista de arquivos públicos e do “arquivista institucional como encarregado neutro, objetivo e passivo dos arquivos” (*idem*). As atividades de arranjo e descrição, assim como a de avaliação, foram profundamente afetadas pelo surgimento dos documentos eletrônicos etc., redirecionando o pensamento arquivístico para uma “perspectiva compartilhada” dos arquivos, “centrada na formação da memória da sociedade” (*idem*).

Nesta perspectiva, os documentos, os arquivos, a teoria arquivística e o trabalho dos arquivistas são vistos como parte do contexto socio-histórico. A reinterpretação da proveniência, considerando a multiplicidade de contextos e relações, modifica a concepção tradicional de fundo para a compreensão de “conjunto de documentos”. Para Nesmith (2018), a perspectiva contextual dos documentos demanda profundo conhecimento da evolução das tipologias documentais e das funções administrativas das organizações:

[...] Documento ‘é a mediação crescente do conhecimento a respeito de algum fenômeno – mediação criada por processos sociais e técnicos de inscrição, transmissão e contextualização’. A proveniência de determinado documento ou conjunto de documentos ‘consiste nos processos sociais e técnicos da inscrição, transmissão, contextualização e interpretação de documentos, os quais são responsáveis por suas características e continuidade

histórica’. E arquivo ‘é a mediação contínua do conhecimento sobre os documentos (e, portanto, fenômenos), ou aquele aspecto da elaboração dos mesmos que produz esse conhecimento por meio de funções como avaliação, processamento e descrição de documentos, e a implementação de procedimentos visando torná-los acessíveis’ [...]. (NESMITH, 2018, p. 158-159)

O arquivista é coprodutor dos arquivos, na medida em que participa das atividades de avaliação e aquisição que antecedem as etapas de arranjo e descrição. Como tal, é corresponsável pela integridade dos documentos, pelas informações que agrega na descrição arquivística sobre tais artefatos em relação à sua trajetória até o arquivamento e pela constituição de memórias por meio dos arquivos.

Para Frohmann (2007; 2014), o documento constitui as mediações decorrentes das práticas informacionais e a documentação, o meio de sua materialização (FROHMANN, 2007, p. 1-2; 2014, p. 1). Documentos, como “coisas” marcadas ou não, podem ser revestidos de documentalidade e produzir efeito de informação no decorrer dos agenciamentos (FROHMANN, 2007, p. 1-2; 2014, p. 1). Compreendemos os revestimentos de documentalidade como atribuição de relevância, de acordo com os aspectos públicos e sociais do contexto em que os agenciamentos ocorrem (FROHMANN, 2007, p. 1-2).

Os agenciamentos conferem “peso, massa, inércia e estabilidade” aos documentos na configuração da vida social de indivíduos que podem ser constituídos através das “massas de documentos”, sobretudo em sociedades disciplinares ou “grupos fechados” – como a família, a escola, a fábrica, os militares, a prisão etc. –, assumindo várias formas nos regimes de informação que “se materializam através de um frenesi documentário” (FROHMANN, 2008, p. 6-7).

Ao associarmos contextualidade e documentalidade, agregamos a dinâmica da dimensão do documento no processo informacional. A constituição de arquivos e acervos arquivísticos decorre da materialidade, que se encontra além dos documentos, no âmbito de sua configuração social.

Através da abordagem analisada e da complementaridade entre contextualidade e documentalidade, são elucidadas as diferentes narrativas articuladas em torno da produção e acumulação de documentos e constituição dos arquivos. Essas narrativas, oficiais e/ou “tácitas”, estão inseridas em uma ordem discursiva e sua evidenciação é possível através da materialidade.

3 ANÁLISE DOS ARQUIVOS

O objeto de pesquisa foi analisado considerando socio-historicamente os contextos de produção dos arquivos de Celso Arcoverde de Freitas e do Instituto Nacional de Endemias Rurais (INERu), e articulando os documentos que os constituem como integrantes de uma mesma rede de agenciamentos e não apenas como conjuntos distintos (BORGES, 2021, p. 27).

O arquivo pessoal pertenceu a um médico que atuou majoritariamente em instituições públicas, e o arquivo institucional a uma dessas instituições. Os documentos acumulados pelos produtores, a pessoa física e a instituição decorrem das atividades laborais desenvolvidas em torno das campanhas de Saúde Pública e fazem parte do acervo arquivístico custodiado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) desde os anos 1990. Compreendemos a importância desses registros pelo valor de evidência para a história e memória na atualidade, mas ressaltamos que eles possuem uma história própria, e que a sua preservação é decorrente de valores a eles atribuídos (BORGES, 2021, p. 27).

Quadro 1 - Dados históricos e biográficos dos produtores

DNERu e INERu	Celso Arcoverde de Freitas
06 de março de 1956 – Criação do DNERu, incorporando os antigos Serviços Nacionais de Malária, Peste e Febre Amarela (DNS). O INERu foi originalmente criado como parte de sua estrutura e constituído pelo Núcleo Central de Pesquisas e por centros de pesquisa regionais: Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães (PE), Centro de Pesquisas René Rachou (MG) e Centro de Pesquisas da Bahia (BA);	13 de outubro de 1913 – Nascimento de Celso Arcoverde de Freitas, em Recife;
22 de maio de 1970 – Criação da SUCAM, constituída pela fusão do DNERu com as Campanhas de Erradicação da Varíola e da Malária;	1934 – Conclusão do curso de Medicina e início da Clínica Médica;
13 de agosto de 1970 – Transformação da Fundação de Recursos Humanos para a Saúde em Fundação Instituto Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e integração do INERu;	1938 – Ingresso como médico na Delegacia Federal de Saúde;
1976 – Reorientação Programática da FIOCRUZ, integração dos centros de pesquisa subordinados ao INERu à estrutura da instituição.	1941-1956 – Médico do Serviço Nacional da Peste;
	1956 – Ingresso no DNERu;
	1970 – Trabalho na SUDENE e SUCAM.

Fonte: Elaborado a partir de BORGES, 2021.

O processo de produção, tramitação e acumulação da documentação remanescente das instituições de saúde brasileiras decorre da forma como os médicos sanitaristas que nelas atuaram cuidavam dos documentos e ao modelo das campanhas iniciado na década de 1920, marcado pelo crescente controle do Estado sobre os processos de trabalho da burocracia. Destacamos, ainda, a influência de organizações internacionais, como a Fundação Rockefeller, na campanha contra a febre amarela, e a Universidade Johns Hopkins, onde foi criada a primeira especialização em Saúde Pública (BORGES, 2021, p. 157-158).

Quadro 2 - Arranjo dos fundos INERu e Celso Arcoverde de Freitas

Fundo INERu	Fundo Celso Arcoverde de Freitas
Série 01 - Administração Geral	Grupo DP - Docência e Pesquisa
Série 02 - Estudos e Pesquisas	Grupo FC - Formação e Administração da Carreira
	Grupo GI - Gestão Institucional
Série 03 - Circunscrições	Grupo RI - Relações Interinstitucionais e Intergrupo
	Grupo VP - Vida Pessoal

Fonte: Elaborado a partir de BORGES, 2021.

O exercício apresentado a seguir consiste em relacionar documentos dos dois arquivos acerca das campanhas sanitárias. Tais documentos constituem indícios das ações realizadas contra as doenças e endemias, apesar de nem todas as ações realizadas ao longo das campanhas se encontrarem representadas na documentação.

Nas campanhas sanitárias realizadas contra a peste entre 1938 e 1970, pela Delegacia Federal de Saúde (DFS), Serviço Nacional da Peste (SNP), Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERu) e Instituto Nacional de Endemias Rurais (INERu), destacamos um conjunto de documentos selecionados através da descrição arquivística disponível na *Base Arch*.

Quadro 3 - Documentos selecionados a partir dos fundos INERu e Celso Arcoverde de Freitas

Fundo	Série ou grupo e dossiê	Documentos
INERu	Série Estudos e Pesquisas Dossiê <i>Peste-Listagem de identificação de pulgas no Nordeste; projetos,</i>	Listagens, projetos, programas e planos de trabalho

	<i>programas e planos de trabalho para o combate à peste; relatório de atividades; separatas intituladas "Aerossóis microbianos – Proteção contra aerossóis infectantes em técnicas bacteriológicas" (1964-1970)</i>	
Celso Arcoverde de Freitas	Grupo Gestão Institucional Dossiê <i>Serviço Nacional da Peste</i> (1938-1956);	Autorizações, listas de dados meteorológicos, listas de materiais, listas das finanças da circunscrição, listas de despesas, diários, fotografias, quadros demonstrativos, ensaios, mapas e artigos científicos

Fonte: Elaborado a partir de BORGES, 2021.

Celso Arcoverde de Freitas ingressou no serviço público na Delegacia Federal de Saúde e foi posteriormente absorvido pelo Serviço Nacional da Peste, DNERu e INERu – passando pela SUCAM após a extinção do DNERu. Como médico sanitário e gestor nestas instituições, acumulou e produziu documentos relacionados ao seu trabalho institucional (BORGES, 2021, p. 189).

O DNERu e o INERu (nos anos em que funcionou como setor de pesquisa do DNERu e, depois, quando passou a ser vinculado à FIOCRUZ) foram responsáveis pela realização de levantamentos, estudos e encaminhamentos médico-sanitários em vários estados brasileiros, que podem ser acompanhados na documentação produzida e acumulada pela instituição e por Celso (BORGES, 2021, p. 189).

Durante a década de 1960, o DNERu levantou dados relativos aos casos de peste humana diagnosticados no Brasil naquela década e nas anteriores. As informações foram registradas nos quadros demonstrativos acumulados por Celso Arcoverde de Freitas sobre a variação anual do número de casos positivos de peste humana, sendo organizadas por estados no período de 1935 a 1962. Os documentos foram produzidos pela instituição, provavelmente utilizando documentação remanescente de órgãos predecessores que atuaram no combate e controle à doença (BORGES, 2021, p. 189).

As listagens produzidas pelo DNERu e acumuladas por Celso Arcoverde de Freitas – relativas aos municípios que apresentaram áreas endêmicas de peste e ocorrências positivas da doença entre 1953 e 1962 no Pará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia e Rio de Janeiro – são parte dos levantamentos realizados pelo órgão no período (BORGES, 2021, p. 189).

O DNERu levantou dados sobre áreas endêmicas de peste humana e ocorrência de epizootias, registrando em gráficos e mapas – do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro –, como parte das atividades de combate à peste realizadas pela Divisão de Profilaxia do INERu entre 1954 e 1963. Esses documentos foram acumulados por Celso em seu arquivo pessoal (BORGES, 2021, p. 189-190).

Em 1964 e 1965, o DNERu realizou novo levantamento das localidades onde ocorreram casos de peste humana, por estado e, no Ceará, por município. Foram listados casos positivos e suspeitos de peste humana através de trabalho de levantamento realizado pela Seção de Estatística e Epidemiologia do DNERu. As listagens também foram acumuladas por Celso (BORGES, 2021, p. 190).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os documentos arquivados pelas instituições sobre o trabalho realizado no desempenho de suas missões costumam ser a versão oficial e final. As versões intermediárias, rascunhos e documentos de processos não concluídos nem sempre são mantidos. Os seus funcionários podem acumular e manter documentos não arquivados pelas instituições em seus escritórios, como parte de sua documentação pessoal.

Os trajetos dos documentos ao longo do tempo serão definidos e redefinidos em razão do valor de evidência identificado pelos produtores/acumuladores, assim como pelos arquivistas e outros agentes, responsáveis pela seleção do material considerado arquivístico nos arquivos pessoais, avaliação e destinação final de documentos institucionais. Relacionar documentos desses arquivos, elucidando sua história, possibilita ampliar a compreensão das ações, das relações entre agentes e dos contextos que originaram a documentação.

Com a criação da ISAD(G) e de sua versão brasileira, a NOBRADE, foram disponibilizadas aos arquivistas ferramentas para o incremento da descrição arquivística que possibilitam expandir os registros sobre o contexto, inclusive na perspectiva da contextualidade. Um exemplo é o elemento de

descrição “Unidades de Descrição Relacionadas”. Nos casos dos arquivos estudados, por que não utilizar esse recurso para relacionar os dois conjuntos?

Sobre as mudanças na sociedade e os reflexos nos arquivos, atualmente, muitos trabalhadores tiveram de transferir seus escritórios para suas casas, mudança que potencializou a utilização dos recursos domésticos, muitos mantidos pelos próprios trabalhadores (computadores pessoais, *smartphones*, internet etc.). As relações sociais migraram das organizações para esses espaços privados e, como consequência, os documentos produzidos em relação ao trabalho também permanecem com os trabalhadores.

O que é arquivado pelos sistemas eletrônicos institucionais constitui, em muitos casos, uma pequena parcela daquilo que é realmente produzido, geralmente, dos documentos que se referem à conclusão de um determinado ato. Nem todas as ações desempenhadas pelos produtores estão representadas nos documentos arquivados pela instituição, ainda que muitos documentos que permanecem nos arquivos pessoais constituam evidências do trabalho institucional.

A importância desses registros pode passar despercebida pelas organizações. Esses documentos, além do valor informativo, devido aos processos de trabalho, agenciamentos etc. passíveis de recuperação, constituem prova de que o funcionário trabalhou para a instituição e servem para confrontar (explicar, negar, completar, contextualizar) aqueles do arquivo institucional. Igual e inversamente, documentos institucionais podem ajudar a entender ações dos funcionários, suas opções e, até mesmo, a razão do que decidem preservar.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. **Dicionário de Terminologia Arquivística**. São Paulo: AAB/NR-SP, 1996.

BORGES, Renata Silva. **O elo perdido**: as relações entre arquivos pessoais e institucionais na perspectiva da contextualidade. 2021. 273f. Tese de doutorado (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021. Disponível em:
<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/23390/TESE%20RENATA%20BORGES%2021ago21%20com%20ficha%20catalogafica.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 4 out. 2022.

CASA DE OSWALDO CRUZ/FIOCRUZ. Departamento de Arquivo e Documentação. **Fundo Celso Arcoverde de Freitas**. Disponível em:
<http://arch.coc.fiocruz.br/index.php/celso-arcoverde>. Acesso em: 4 out. 2022.

CASA DE OSWALDO CRUZ/FIOCRUZ. Departamento de Arquivo e Documentação. **Fundo Instituto Nacional de Endemias Rurais**. Disponível em:

<http://arch.coc.fiocruz.br/index.php/fundo-ineru>. Acesso em: 4 out. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Legislação Arquivística Brasileira**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em:

https://proplad.furg.br/images/arquivos/Cag/CONARQ_legarquivos_dezembro_2017_PDF1.pdf. Acesso em: 18 ago. 2021.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Revista Estudos Históricos**, v. 1, n. 21, 1998, p. 129-149.

COOK, Terry. O passado é prólogo: uma história das ideias arquivísticas desde 1898 e a futura mudança de paradigma. *In*: HEYMANN, L. e NEDEL, L. (Orgs.). **Pensar os arquivos: uma antologia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018, p. 17-81.

DOUGLAS, Jennifer. Origens: ideias em evolução sobre o princípio da proveniência. *In*: EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. (Orgs.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016, p. 47-74.

EASTWOOD, Terry. Um domínio contestado: a natureza dos arquivos e as orientações da ciência arquivística. *In*: EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. (Orgs.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016, p. 19-45.

FROHMANN, Bernd. Document, index, trace, and death: The Briet's antelope lesson. *In*: **For the culture and technology lectures series**. Toronto: University of Toronto, 2014. Disponível em:

https://www.academia.edu/14052442/Document_Index_Trace_and_Death_Briet_s_Antelope_Lessons_February_25_2014_. Acesso em: 22 ago. 2016.

FROHMANN, Bernd. Multiplicity, materiality, and autonomous agency of documentation. *In*: SKLARE, R.; WINDFELD LUND, N.; VÄRHEIM, A. (Orgs.). **A document (re) turn: contributions from a research field in transition**. Frankfurt: Peter Lang, 2007.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. *In*: FUJITA, M. L. S.; MARTELETO, R. M.; LARA, M. L. G. de (Orgs.). **A dimensão epistemológica da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: FUNDEPE, 2008, p. 19-34.

HEYMANN, Luciana Quillet. O indivíduo fora do lugar. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, n. 2, p. 40-57, jul./dez. 2009.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES (ICA). **Multilingual Archival Terminology**. 2012. Disponível em:

<http://www.cisra.org/mat/mat/termlist/1/Portuguese>. Acesso em: 10 jun. 2020.

MULLER, Samuel; FEITH, Johan Adrian; FRUIN, Robert. **Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1973.

NESMITH, Tom. Relendo os arquivos: novas contextualidades para a teoria e a prática arquivísticas. *In*: HEYMANN, L.; NEDEL, L. (Orgs.). **Pensar os arquivos: uma antologia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018, p. 155-175.